

PARECER Nº 850/2008 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O **PROJETO DE LEI Nº 0269/08**.

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, que visa denominar "Praça Alberto Martini Ferreira", o espaço público sem denominação delimitado pelas Ruas Gaspar Coqueiro, Áurea da Gama e Rua "T", Distrito do Campo Limpo, Subprefeitura Campo Limpo.

No intuito de angariar subsídios para apreciação do projeto de lei em tela, esta Comissão solicitou ao Executivo informações sobre o logradouro.

Em resposta, verificou-se que se trata de área de domínio municipal e sem denominação, não havendo obstáculo ao prosseguimento.

A proposta encontra amparo nos arts. 13, I e XXI, e 70, XI e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município.

Por se tratar de matéria sujeita ao quorum de maioria simples para deliberação, é dispensada a votação em Plenário, cabendo tal prerrogativa às Comissões Permanentes, na forma do art. 46, X, do Regimento Interno desta Casa.

Ante o exposto, na forma do substitutivo que segue, somos PELA LEGALIDADE.

A título de aperfeiçoamento do Projeto de Lei proposto, onde deve constar a correta descrição do logradouro, apontada pelo Executivo às fls. 14, evitando-se equívocos, e a fim de adequar o projeto aos ditames da Lei Complementar nº 95/98, sugere-se o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº _____ DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0269/08.

Denomina Praça Alberto Martini Ferreira, o espaço público sem denominação delimitado pelas Ruas Gaspar Coqueiro, Áurea da Gama e Rua "T", Distrito do Campo Limpo, Subprefeitura Campo Limpo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica denominada Praça Alberto Martini Ferreira, o espaço público sem denominação delimitado pelas Ruas Gaspar Coqueiro, Áurea da Gama e Rua "T" (setor 168 – quadras 163 e 308), Distrito do Campo Limpo, Subprefeitura Campo Limpo.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, 06/8/08

João Antonio – PT - Presidente

Russomanno – PP - Relator

Ademir da Guia - PR

Agnaldo Timóteo - PR

Carlos A. Bezerra Jr. - PSDB

Celso Jatene – PTB

Claudete Alves - PT

Kamia - DEM

Tião Farias – PSDB